

Países pobres e seus depósitos de óleo

MING, Celso. "Países pobres e seus depósitos de óleo". O Estado de São Paulo. São Paulo, 22 de janeiro de 2020.

Parem imediatamente os investimentos em combustíveis fósseis. É preciso deixar as jazidas de petróleo e de gás lá onde estão, nas profundezas da terra. Nossa casa está pegando fogo.

São essas e outras equivalentes as palavras de ordem que estão sendo ouvidas não só em Davos, Suíça, onde se realiza o Fórum Econômico Mundial. Mas, também, nas conferências internacionais que tratam da defesa do meio ambiente. E, desta vez, não é apenas a ativista sueca Greta Thunberg que vem cobrando a derrubada do consumo de derivados de petróleo. Cada vez mais, governos passaram a agir para exigir eficácia no cumprimento das metas do Acordo de Paris, de 2015.

Atender a apelos que produzissem uma revolução quase instantânea na matriz energética mundial, sem viabilizar primeiro os suprimentos a partir de fontes sustentáveis, é apostar no caos. E, a rigor, ninguém parece pretender de fato coisas assim.

De todo modo, dure quanto durar, essa mudança do paradigma energético é inevitável. Cada vez mais, o mundo passará a trabalhar menos com combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) tanto na produção de energia elétrica quanto nos motores a combustão. Alemanha, França, Reino Unido, China e Índia já iniciaram processo que deve culminar na total proibição da queima de gasolina e diesel em motores de veículos. E o querosene de aviação também está sob ataque.

Esse movimento acontece numa hora em que um punhado de países pobres anuncia grandes descobertas de petróleo e gás. Como aponta a revista Foreign Affairs, na sua edição do dia 21 (Striking oil ain't what it used to be), a ExxonMobil acaba de encontrar enormes depósitos de petróleo e gás no vizinho Suriname. Três meses atrás, a BP também revelou a descoberta de 1,3 bilhão de barris de óleo equivalente de gás na Maurîtânia. Achado de iguais proporções aconteceu recentemente em Moçambique, pela francesa Total.

E podemos acrescentar aqui os campos ainda a descobrir no pré-sal no Brasil e as impressionantes jazidas de xisto de Vaca Muerta, no estado de Neuquén, na Patagônia argentina, com depósitos estimados entre 16 bilhões e 22 bilhões de barris de óleo, que mal começam a ser exploradas.

Por longo tempo, os governos do PT no Brasil deixaram para trás os investimentos do pré-sal não porque pretendessem contribuir para a preservação do meio ambiente, mas porque escolheram atender a objetivos nacionalistas. Agora, embora encharcado de óleo, o Brasil terá de enfrentar pressões crescentes pela proibição dos combustíveis fósseis.

Pergunta inquietante: todos esses achados e muitos outros que provavelmente acontecerão não servirão para nada se essas palavras de ordem forem cumpridas?

Os países em desenvolvimento estarão definitivamente condenados a deixar suas riquezas debaixo do solo, depois que os Estados Unidos, hoje os maiores produtores mundiais, e a União Europeia, que exauriu as reservas do Mar do Norte, tiraram proveito delas como quiseram?

A julgar pela atual política de duas grandes instituições internacionais de fomento, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos, ambas já hostis ao financiamento da exploração de petróleo, é isso mesmo: os investimentos em exploração de petróleo devem parar ou diminuir, em nome da preservação do meio ambiente.

Há aqueles que argumentam que é muita hipocrisia dos países ricos exigir dos países pobres a suspensão da exploração de petróleo e condená-los a continuar pobres, agora que eles próprios se enriqueceram com isso. Assim, sugerem a distribuição de compensações. Mas, além de incerto, isso é pouco. É como exigir compensações pelos estragos causados nos países pobres pelos colonizadores. Nunca chegariam ou, se chegassem, não passariam de paliativos.

Nesse sentido, por vias tortas, tem lá sua parcela de razão o ministro Paulo Guedes quando adverte que “a maior poluição é a pobreza”, condição que poderia prevalecer para os países pobres quando a era do petróleo, por colapso da demanda, chegar ao fim.

Qualquer discussão racional sobre esse tema tem de levar em conta não só questões de justiça ou de equidade social, mas a obtenção de um equilíbrio mínimo entre a necessidade de cuidar do Planeta e a de resgatar populações inteiras da situação de pobreza.

O que é esse equilíbrio mínimo e como será obtido é outra questão sujeita a mil controvérsias. Mas o problema está aí e ele precisa de solução urgente.

Celso Ming é colunista do jornal O Estado de São Paulo.